



Espaço urbano e representações midiáticas: tessituras da esfera pública contemporânea¹

Profa. Dra Carla Reis Longhi (PUCSP - UNIP)²

Resumo

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma reflexão sobre a esfera pública contemporânea. Vários são os vieses possíveis de análise, com os quais temos trabalhado nas últimas pesquisas. Para esta comunicação privilegiamos dois aspectos distintos e igualmente importantes: a análise do papel do espaço urbano, considerando-se as feições de uma grande metrópole como São Paulo e o percurso pelo qual são construídas imagens sobre São Paulo através das mídias, aqui especificamente a mídia impressa. Trata-se de um estudo de caráter teórico, recuperando conceitos fundamentais ao tema e dialogando com autores que refletem sobre estas questões.

Palavras-chave

Espaço urbano, cultura midiática, esfera pública

Discutir sobre a esfera pública, a nosso entender, é discutir sobre as formas de interações sociais existentes em cada contexto histórico. Isto significa dizer que o conceito de esfera pública é dinâmico e permite o desnudamento de estratégias sociais, discursos políticos e relações com o espaço no qual ocorrem às interações. Ao mesmo tempo, ele pressupõe a existência de vários aspectos correlacionados, necessários a uma reflexão mais aprofundada, como a análise das interações entre o público e o privado, as formas e sentidos da visibilidade buscada, os significados do mundo do trabalho na constituição do conceito, etc. Neste artigo, estabelecemos um recorte específico para a análise do tema. Propomos a discussão sobre a esfera pública contemporânea, pressupondo o contexto de uma megalópole como São Paulo. Buscamos avaliar as características do espaço urbano para a análise da mesma, bem como o papel das mídias nesta elaboração. O estudo é de caráter teórico, recuperando conceitos fundamentais ao

¹ Texto apresentado no NP Comunicação e Culturas Urbanas, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Historiadora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UNIP e professora do Departamento de História da PUC/SP



tema e dialogando com autores que refletem sobre estas questões. Embasamos nossa reflexão inicial sobre a esfera pública³ em Hannah Arendt:

“ É em relação a esta múltipla importância da esfera pública que o termo ‘privado’, em sua acepção original de ‘privação’, tem significado. Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação ‘objetiva’ com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou conseqüência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros.”
(Arendt, 2000, p. 68)

Atentemos para três importantes aspectos propostos pela autora. A esfera pública garante a condição ‘de ser visto e ouvido por outros’, possibilita ‘a condição objetiva da vida’ ou como a própria autora coloca, se não é visto e ouvido é como se não existisse, além de possibilitar a realização de ‘algo mais permanente que a própria vida’. Nossa reflexão situa-se na análise dos dois primeiros aspectos⁴. Antes, contudo, gostaríamos de situar a questão do privado no contexto deste artigo. O tema não será abordado, mas é parte constitutiva do próprio conceito de público. Podemos ver pela citação da autora, que as duas esferas só existem em sua própria correlação, mas as formas de correlação se modificam ao longo do tempo. Notamos que no contexto originário dois aspectos estavam pressupostos: a noção de privação e conseqüentemente um entendimento específico de liberdade. Estes dois aspectos sofrem profundas transformações numa leitura diacrônica. Habermas foi muito habilidoso, em seus textos, em demonstrar o gradativo processo de decomposição dos limites destas duas esferas ao longo da estruturação das sociedades burguesas. Nestes, a esfera privada, de ambiente de privação passa à ambiente de proteção e aconchego ganhando, assim, uma forte positividade. Neste percurso, a esfera pública não está mais associada a uma noção de liberdade, perdendo sua amplitude e boa parte de seu sentido, pois a própria noção de política se esvaziou. Hoje, não podemos mais estabelecer estas distinções nítidas entre

³ A noção de público e suas implicações já vêm sendo discutida por esta autora em outros textos. Neste momento, sua relevância está em demonstrar as conexões desta discussão com o papel assumido pelo espaço urbano.

⁴ Para a análise das características da visibilidade na contemporaneidade ver outros artigos desta autora.



público e privado e para os dois autores citados, isto é uma especificidade de nossa contemporaneidade.

Começemos, portanto, por aprofundar a idéia de público. Segundo nossa autora, a concepção de público comporta dois pensamentos importantes, correlatos, mas não iguais:

"Uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública." (ARENDDT, p.70)

O primeiro diz respeito à condição de aparência intrínseca à esfera pública. Esta, com sua iluminação própria possibilita, ao usarmos nossos sentidos, constituir significados sobre o que vemos, ouvimos e pensamos, garantindo a própria realidade. A autora demonstra que as características próprias da esfera privada não podem ser tornadas públicas, em função de sua condição; quando temos um sofrimento profundo, a perda de alguém, por exemplo, jamais conseguiremos expressar a totalidade de nosso sentimento, pois os outros não podem sentir por nós e isto é próprio da privacidade do ser, mas podem pensar conosco, podem constituir e expressar valores comuns. Assim, é nesta esfera que podemos ver e sermos vistos, delimitando um campo de elementos comuns a todos e, constituindo a partir deste, nossas referências sobre o real, aspecto este apontado a seguir, quando a autora demonstra que a realidade é aquilo que ascende a esta esfera, pois é, por um lado, atestado por todos e por outro lado, é o âmbito em que definimos o nosso lugar em relação aos outros e ao todo.

"Em segundo lugar, o termo 'público' significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens." (ARENDDT, p.62)

Estas duas idéias são, do nosso ponto de vista, inerentes a qualquer contexto histórico, logo, definidoras da idéia de público. Além disto, são idéias-chave para se pensar a contemporânea constituição de uma esfera pública. Isto porque a autora destaca



a necessidade humana de concretização de sua existência através da visibilidade. Só com a confirmação do Outro, de sua própria existência, que o homem pode vislumbrar sua materialidade e seu lugar no mundo (individual e coletivo). Aqui relacionamos os temas propostos na delimitação deste artigo. Isto por que o homem se faz ver e ouvir numa realidade concreta, específica do contexto histórico no qual está inserido. E é o desnudamento desta realidade que permite compreender sua condição humana, suas formas de interação. A esfera pública não significa, *'stricto sensu'*, o espaço físico de interações e sim as formas de visibilidade e constituição da noção de público, o que indica, como desenvolvido acima, a própria noção de realidade que se constitui a partir do que se torna visível e comum. Para Arendt, este conceito comporta um estatuto político intrínseco à sua existência, pois seria na esfera pública que se realizaria a *ação*, atividade realizadora da efetiva condição humana. Contudo, a própria autora demonstra em seu livro (Arendt, 2000) a gradativa transferência da atividade do *labor* para esta esfera, no contínuo esvaziamento do conceito de *ação*, o que para esta autora indica um longo processo de 'desumanização' do homem. Não entraremos neste debate, nem refletindo sobre os três elementos da *Vita Activa*, nem posicionando-nos quanto ao processo de 'desumanização'. Mas, concordaremos quanto ao fato de que a esfera pública sofreu efetiva transformação, imbuída de um esvaziamento do sentido político. Concordaremos, também, com o fato de que na caracterização do conceito de esfera pública, o espaço físico delimitado e definido pode ser um componente da mesma tendo, contudo, especificidades próprias do contexto específico do qual faz parte. Dependendo do contexto histórico, o espaço urbano é elemento primordial da constituição desta esfera, como era o caso da polis grega, onde era pela presença na *ágora* que o cidadão se fazia ver e ouvir e constituía suas referências comuns. Esta constatação nos ajuda, então, a perceber as formas de interação existentes na Grécia Antiga, pois nos indicava quem podia participar, como ocorria esta participação, qual a importância de fazê-lo e o que significava estar ausente deste espaço físico. Assim, para ponderar sobre esta questão no recorte contemporâneo, propomos uma pequena reflexão sobre o espaço urbano, estabelecendo como referência, o espaço urbano da cidade de São Paulo. Queremos, por um lado, caracterizar alguns aspectos considerados primordiais neste espaço para, por outro lado, analisar as características da esfera pública contemporânea.

São Paulo tem características comuns às grandes metrópoles, refletindo condições que são próprias desta modernidade líquida (Bauman, 2007). Com isto, temos como



pressuposto a configuração de um modelo social pautado pela velocidade, propiciada pelas novas tecnologias de informação, criando a condição para os setores econômicos de estabelecerem relações comerciais/ produtivas e financeiras sem necessariamente construírem relações simbólicas e, conseqüentemente, sem a pressuposição da responsabilidade social. Estas condições modificam as relações de autoridade e mando, bem como as interações com o espaço urbano. Conjuntamente com estes fatores, temos a questão propriamente demográfica. Cidades com este perfil cresceram desmesuradamente no último século e isto trouxe, certamente, fortes conseqüências para a configuração de seu espaço urbano. O adensamento populacional, no contexto da modernidade líquida, gera problemas de ordens distintas e propomos a discussão de dois aspectos relacionados ao mesmo enfoque: a reflexão de teóricos sobre esta problemática e algumas proposições de solução urbana.

Canclini (2002) percorre a proposição de diferentes teóricos⁵ e conclui que o elemento priorizado ao se tomar esta problemática foi a necessidade de circulação; a cidade precisava ter mobilidade e o aumento populacional excessivo gerava a criação de estratégias para isso. “*Que circulem ! Isso justificará o fim das praças, as obras para endireitar becos, ampliar e interligar as avenidas. O que se perder neste processo, será lucro do ponto de vista do fluxo*” (Canclini,2002 apud Martin-Barbero,p.42). Como colocado pela crítica de Martin-Barbero, a rua perde sua função de sociabilidade e o fluxo, que faz a cidade não parar, dificulta as interações sociais. O discurso da circulação, mobilidade é reforçado pela presença gradativa e contínua de novas tecnologias da informação, agora na versão dos equipamentos de convergência midiática, que alteram a relação de qualquer pessoa com o espaço que frequenta ou percorre. Estas tecnologias aprofundam o já contínuo processo de desterritorialização e conseqüente desenraizamento social, criando o que Lemos denominou de ‘territórios informacionais’:

“Por territórios informacionais compreendemos áreas de controle de fluxo informacional digital em uma zona de interseção entre o ciberespaço e o espaço urbano. O acesso e o controle informacional realizam-se a partir de dispositivos móveis e redes sem fio. O território informacional não é o ciberespaço, mas o espaço movente, híbrido, formado pela relação entre o espaço eletrônico e o espaço físico”(Lemos, 2007,p.128)

⁵ Retoma proposições de Castells, , Piccini e Martin-Barbero.



Este tipo de realidade cria novas formas de interação com o espaço e conseqüentemente com as pessoas, destituindo este mesmo espaço de todas as suas anteriores funções de integração social.

Para Lipovetsky (1991) o problema está em atomizar a cidade. Em seu entender, as antigas formas de organização urbana que continham, em uma mesma rua, estabelecimentos públicos, comerciais de diferentes setores e privados, garantiam a circulação de diferentes grupos sociais e o contato aleatório, criando possibilidades de interações sociais informais. As novas configurações urbanas, que procuram responder à necessidade de fluxo e segurança, circunscrevem setores produtivos em áreas restritas, inviabilizando o contato aleatório. Vemos este modelo em diferentes projetos urbanísticos.

Como indica Abrahão (Abrahão, 2008), em 1993 o Congresso para o Novo Urbanismo ocorrido em Chicago propôs uma nova concepção urbanística, que se por um lado, tinha como intenção oferecer soluções que recuperassem a vida com características comunais, por outro lado, acabou contribuindo para a disseminação de modelos fechados e auto-centrados, favorecendo a geração dos bairros planejados, tais quais algumas versões brasileiras como os projetos de Alphaville, Tamboré, etc. Encontramos semelhanças nas proposições de centros comerciais e de lazer fechados e controlados tais quais os shoppings centers, os parques temáticos etc.

O discurso da necessidade de mobilidade aliada à busca de um suposto conforto e segurança favorecem o esvaziamento do espaço público de grandes metrópoles como São Paulo, dispersando as pessoas em circulações rápidas e concentrando-as em ambientes com ideologias previamente estabelecidas e proposições de padrões de comportamentos homogeneizantes e controlados. Assim, a cidade é atomizada, segregando os diferentes grupos sociais em ambientes moldados às suas próprias características; neste processo, anula-se o conflito natural e necessário às interações sociais, definindo novos modelos de sociabilidade que não pressupõe a existência do Outro. O mesmo homem, que segundo Bauman, opera suas atividades financeiras sem tomar contato com o lugar, desonerando-se das responsabilidades; viaja pelo mundo hospedando-se em não-lugares (Augé) e circulando pelos espaços como turista, mora em condomínios fechados sem contato com outros grupos sociais de sua própria cidade. Concomitantemente, ocorre um processo de fragmentação urbana, advindo tanto da atomização descrita e das possibilidades propostas pelas novas tecnologias quanto pelo crescente adensamento urbano que inviabiliza a leitura sobre a cidade. O morador da



cidade e o visitante perdem a capacidade de compreender a cidade em sua totalidade. Esta se constitui e se mostra fragmentada:

“ Do passeio do flâneur que reunia informações sobre a cidade para depois transferi-las às crônicas literárias e jornalísticas, passamos em cinquenta anos, ao helicóptero que sobrevoa a cidade e oferece a cada manhã, através da tela do televisor e das vozes do rádio, o panorama de uma megalópole vista em conjunto, sua unidade recomposta por quem vigia e informa” (Canclini, 2002, p.41)

O trecho acima é elucidador: a fragmentação, característica de nossa contemporaneidade leva à necessidade de meios que gerem imagens de totalidade, no caso, constituídos pelas mídias massivas. Isto indica, por um lado, a necessidade humana de buscar compreensões em imagens totalizadoras, que seriam as referências sobre o que é comum, o que constitui a realidade para a maioria e, por outro lado, apresenta o papel que as mídias massivas assumem na constituição das referências sobre este público, então, sobre a realidade e, logo, sobre o próprio homem. Vemos que a forma como a cidade se organizou levou à necessidade de criação de novos processos de mediações para a leitura sobre a mesma. Esta circunstância gera desdobramentos e estes se relacionam ao papel assumido pelas mídias e ao significado de se construir referências sobre a realidade a partir de representações.

A discussão sobre o papel das mídias precisa ser aprofundada, para não criarmos a falsa conclusão de que o simples fato de necessitar destas, gera as circunstâncias já indicadas. As mídias são formas de mediação e de construção de referências identitárias. Seu papel é crucial na disseminação de referências materiais e simbólicas. É sempre bom retomar Habermas quando discute o nascimento da primeira mídia massiva: o jornal impresso. Nesta reflexão o autor demonstra o importante papel assumido pelos jornais impressos na constituição das referências simbólicas de um grupo social específico: a burguesia

“ Ao mesmo tempo, essas novas revistas estão ligadas tão intimamente com a vida dos cafés que ela poderia ser reconstruída através de cada número. Os artigos de jornais não só são transformados pelo público dos cafés em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrantes deles; isto se mostra no dilúvio de cartas, das quais os editores semanalmente publicavam uma seleção (...) Também a forma de diálogo, que muitos artigos mantêm, testemunha a proximidade da palavra falada. Transporta para um outro meio de comunicação, continua-se a mesma discussão para, mediante a leitura, reingressar no meio anterior, que era a conversação.” (HABERMAS, 1984, 59)



De valores reproduzidos, a burguesia passou a constituir e disseminar seus próprios valores e isto ocorreu com a ajuda deste instrumento essencialmente burguês: a mídia impressa. O homem burguês, que lia os romances, os folhetins, os jornais, buscava nos salões a reflexão sobre o seu pensar, mediado pela publicação das idéias circulantes. Desta forma, a proliferação dos meios de comunicação garantiu à constituição de um aparato que percebesse e propagasse as idéias propostas. Neste momento, este público se caracterizava, ainda, como um público produtor de cultura. O jornal impresso se caracterizava, essencialmente, como mediador cultural e através dos debates, a reflexão se constituía caminhando da palavra falada à escrita e vice-versa, em debates que se estendiam por várias edições. A comunicação variava da mídia primária à mídia secundária, pois tanto ocorria de forma presencial como também mediada por suportes transportáveis, no caso, o jornal. Assim, a necessidade de visibilidade, que naquele momento garantiu a constituição das referências identitárias, possibilitou a configuração de uma esfera específica de representação social. Era uma esfera que não era pública, nem privada e se constituiu no intuito de possibilitar o ato comunicativo e, através de toda a riqueza que este comporta (gestos, comportamentos, vestimentas, etc), a constituição de referências simbólicas, interligando público e privado. Assim, para garantir a visibilidade por um lado, e a representação, por outro, ou seja, para criar uma ‘liga’ contínua entre emissor e receptor, houve a proliferação dos jornais impressos e das revistas originando, neste percurso, a prática da opinião pública, ‘coesão’, efetivada no espaço público não político.

Podemos perceber a permanência quanto à necessidade de visibilidade, pois como viemos fundamentando ao longo do texto, esta é fundamental para a constituição dos processos de representação, necessários à constituição dos imaginários sociais. Contudo, notamos a diferença gritante quanto ao modo de constituição destas representações. O próprio autor em seu texto demonstra o longo e contínuo processo de transformação do jornal de bem cultural para produto de consumo. Nesta passagem, temos o esvaziamento do papel do leitor como produtor de cultura; aos poucos, torna-se apenas consumidor de um produto cada vez melhor embalado. Não pretendemos aqui discutir sobre esta questão, mas apenas apontá-la, lembrando ao leitor que as mídias massivas, que hoje cumprem o papel de reconstituir esta totalidade imagética sobre o espaço público, é regida por interesses mercadológicos e político-ideológicos, construindo discursos sobre esta mesma cidade:



“ A imprensa contribui para a imagem de uma cidade massiva, cujas particularidades se concentram no centro histórico ou em outras regiões centrais. Às vezes, os jornais publicam informações sobre lugares pouco conhecidos, mas com maior frequência, principalmente em fotografias, mostram cenários facilmente identificáveis, que tendem a reproduzir saberes convencionais. Estamos, portanto, diante de um meio que oferece mais elementos discursivos que outros para refletir sobre a cidade e elaborar a condição do cidadão, mas que não contribui para expandir a visão sobre a cidade em uma proporção comparável ao crescimento de seu território e sua complexidade. A despeito da ênfase sobre a novidade e, em alguns jornais, sobre o insólito, a maioria termina por concentrar-se no conhecido... a maioria insiste no habitual, prolongando estereótipos formados historicamente.”(Canclini, 2002,p.45)

Vemos então, que as mídias massivas em geral e, aqui o jornal impresso em particular, acabam por simplificar ou homogeneizar uma imagem de cidade. O que os jornais fazem é apagar os campos de força ou mediações e salientar um tipo de significação ou imagem da cidade. Ulpiano Meneses (2006) nos mostra que as cidades são **artefatos** ou **meios**, na fala de Ferrara (Ferrara, 2008), que se expressam pela sua própria materialidade (construções, materiais utilizados, formas, cores, texturas...). Estes artefatos compõem significados que expressam as características da cidade e de seus moradores, seu jeito de ser, ou suas imagens, mídias na construção de Ferrara.

“ Nessa mimese ou paráfrase, a cidade se repete e se sincroniza através de diversas tecnologias, meios e, sobretudo, outras mídias. Situando-se entre mídias, a cidade é um eixo gerador de uma midiologia cuja lógica é, de um lado, responsável pela sua presença constante como base temática em várias mídias e sobretudo naquelas de massa e, de outro lado, promove o diálogo entre as mídias que nela atuam e com ela interagem estabelecendo-se, entre elas, uma intensa economia persuasiva.”(Ferrara, 2008,p.46)

Estas imagens ganham autonomia em função de sua ampla visibilidade e intensiva propagação, repetida e alimentada pelas diferentes mídias. Como discutido ao longo do texto, o que se faz ver e ouvir torna-se comum, identificado pela maioria e, logo, a própria realidade, constituindo ou alimentando, então, o imaginário social. E como coloca Ferrara:

“Nesse caso, paisagem não é cenário, ao contrário, é agente de uma dinâmica cultural que, enquanto mídia, elimina as dimensões perceptivas que distinguem visualidades para atuar como controle de um modo de ver programado à distância pelos veículos de comunicação de massa, para ser fruída em doses homeopáticas e comprimidas em porções ou pedaços metomínicos da cidade selecionados para valer pelo todo e, portanto, mais retórica visual do que paisagem propriamente dita.” (Ferrara, p. 47)

Este processo instiga uma leitura sobre a cidade, imposta e recomposta na contínua reprodução e proliferação em outras mídias. Como indica Ferrara, torna-se retórica.



Contudo, não anula os campos de força, apenas constroem um discurso que omite o eixo central das interações sociais: os conflitos e a vitória de determinados grupos sobre outros na prevalência de sua memória, como imagem e quiçá, como história. Ulpiano por um lado e Ferrara por outro, apesar de não serem autores que dialogam entre si, constata os mesmos aspectos: por detrás de uma história construída, há um campo de forças a ser recuperado ou em outras palavras, atrás das imagens que as mídias constroem continuamente sobre a cidade, instituindo determinadas referências há um campo de mediações que é relacional, pois constituído da interferência mútua entre usuário e cidade. Mas, como colocado, há a prevalência de uma composição de imagens, continuamente repetida, buscando confirmar e reforçar um imaginário social coerente e ajustado aos interesses predominantes. Estas imagens acabam, pela insistência, constituindo as referências socialmente comuns, reforçando uma noção de realidade.

Desta forma, buscamos demonstrar que as características urbanas de uma cidade como São Paulo são, por um lado, complexas, pois se constituem de muitos contrastes e relações de força, mas por outro lado, foram sendo transformadas de modo a inviabilizar os espaços físicos de interações sociais. Isto, aliado ao papel já analisado das mídias massivas, nos faz concluir que a esfera pública que permeia esta cidade é constituída primordialmente pela imagem, na costura das imagens midiáticas. Estas imagens são, muitas vezes, representações que se distanciam tanto da realidade narrada, chegando a tornar-se simulacros. Além disto, ao abordar a temática das representações constituídas essencialmente de imagens, resvalamos na questão da ‘descorporização’ do homem no processo de interação social. Esta questão, é aqui só indicada, mas mostra-se fundamental em qualquer reflexão sobre este tema. Enfim, não é possível pensar sobre a reconfiguração desta esfera pública, sem ponderar sobre mudanças qualitativas em nosso planejamento urbano e sem considerar formas de apropriação do processo de constituição das imagens sobre a sociedade. Só dominando a produção midiática é que os vários grupos poderão se fazer representar, através da aparência no espaço de visibilidade, constituindo novas referências simbólicas e alçando à esfera do que é comum a todos.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço Público- do urbano ao político**, SP, Annablume, 2008

ARENDT, Hannah.- **A Condição Humana**, RJ, Forense Universitária, 2000, 10ª edição.

AUGÉ, Marc. **Os Não Lugares**. Campinas, Editora Papyrus, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa, Relógio D'Água, 1991.

BAUMAN, Z. (2004) **Vida líquida**, R.J. Jorge Zahar, 2007.

_____. **Identidade**, RJ, Jorge Zahar, 2005.

_____. **Globalização- as conseqüências humanas**, RJ, Jorge Zahar, 1999.

_____. **Comunidade**, R.J., Jorge Zahar, 2003

CANCLINI, Nestor G. **Consumidores e Cidadãos**, R.J, Editora UFRJ, 2006, 6. ed.

_____. **Culturas Híbridas**, S.P, edusp, 2006, 4. ed.

_____. Cidades e Cidadãos imaginados pelos meios de Comunicação IN **Opinião Pública**, Campinas, vol. VIII, n.1, 2002

FERRARA, Lucrecia. Cidade: meio, mídia e mediação IN **Revista Matrizes**, São Paulo, ECA/USP, 2008, Ano1, n. 2.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, RJ, Tempo Universitário, 1984.

LEMOS, André. *Cidade e Mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informais* IN **Revista Matrizes**, n.1-2007

LIPOVETSKY, Gilles. *Espace prive, espace publique à l'âge postmoderne* IN **Citoyenneté et Urbanité**. Paris, Edições Esprit, 1991.

LONGHI, Carla Reis. 'O Filme Capote: abordagens sobre os espaços público e privado' IN **Revista Significação**, n. 25, 2006.



_____. 'Origens do Conceito de Opinião Pública: um diálogo entre Hannah Arendt e Jürgen Habermas' IN **Revista Comunicação e Sociedade**, n. 46, ano 2006

MENESES, Ulpiano T.B. *A Cidade como Bem Cultural* IN Mori, V.H. et alii (org). **Patrimônio: Atualizando o Debate**, São Paulo, SP/IPHAN, 2006